

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 04/2024

PROCESSO 224/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Aditivo Contratual. Serviços continuados de limpeza, conservação e serviços gerais, destinada a atender às necessidades operacionais do CONIMS e unidades de saúde dos Municípios indicados. Aumento quantitativo.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta do Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico quanto à possibilidade de formalizar aditamento de prazo ao Contrato nº 414/2022, firmado com **SPX SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA**, posteriormente denominada MAI SERVICE - SERVIÇOS INTEGRADOS EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., visando à inclusão de mais um posto/profissional de copa na unidade CAPS, para desempenhar serviços de copa e cozinha.

É o relatório.

IV– DO PARECER

A análise deste setor recai tão somente sobre a possibilidade de aditivo contratual pautado em necessidade justificada pela Coordenadora do Setor de Recursos Humanos de paramentar a unidade CAPS com o serviço de fornecimento e preparo (simples) de alimentação, principalmente aos pacientes internos, eis que o funcionamento é constante, 24 horas por dia.

O Contrato é regido pela Lei 8666/93 e o objeto é a “prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, **copa e cozinha**, conservação e higienização para o CONIMS e para as unidades de saúde dos seus municípios consorciados”, de modo que a solicitação não altera a qualidade/descriptivo do que foi contratado, mas tão somente a sua quantidade.

Há na cláusula sexta do contrato em questão a descrição das atividades que envolvem o serviço de copa e cozinha, os quais se coadunam com a necessidade reportado pelo RH.

Observa-se dos documentos que instruem o processo interno preparatório da licitação, e principalmente a Cláusula segunda do Contrato, que o preço/valor mensal do serviço considera tanto a limpeza quanto o serviço de copa e cozinha, não havendo elemento distintivo que indique a necessidade de precificar essa nova demanda de forma diversa.

No que tange ao aspecto normativo, o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 estabelece os limites para alterações como a ora almejada:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”.

O valor inicial do contrato é de R\$ 322.999,56, reajustado para R\$ 338.565,72 por meio do primeiro termo aditivo ao Contrato, com efeitos a partir de 06/01/2023.

Assim, o aumento de até 25% permitido para o contrato não pode superar o montante de R\$ 84.641,43. Além disso, a literalidade da norma exige que o aumento observe as mesmas condições contratuais, ou seja, também o preço unitário para o item que se deseja aumentar.

Veja-se, inclusive, que para esse item específico (unidade caps) o valor inicial foi de R\$ 121.999,68, que atualizado para 3 postos, passou a ser de R\$ 127.879,15 ao ano, o que representaria R\$ **42.626,38** ao ano **para cada** posto de trabalho.

A proposta de valor oferecida pela Contratada, para o acréscimo desejado, indica o montante de R\$ 47.681,28 ao ano, o que **NÃO reflete as condições contratadas**, já reajustadas pelo índice oficial previsto em contrato.

Assim, não se pode por meio do aumento quantitativo promover aumentos de preços., de modo que o termo aditivo ora submetido à análise deve observar tais condições, impositivas ao Contratado.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **s.m.j.**, com base nas razões de fato e de direito narradas, esse parecerista se manifesta pela possibilidade de aditivo do Contrato, **se observada** a ressalva do Parecer.

Pato Branco, 11 de janeiro de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313